



Termo de Referência nº 15/2026

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para a locação de veículos automotores, sem disponibilização de motoristas e combustível, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento, visando atender às necessidades institucionais do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região – CREFITO-14.

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Unitário Anual	Valor Total anual
-----------	-------------------------	------------	-----------------------------	--------------------------	----------------------------	-------------------------

<p>Veículo tipo sedan, cor predominantemente branca, com quilometragem livre, manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, sem fornecimento de combustível e motorista, com cobertura de seguro total sem franquia, licenciamento, impostos, taxas, assessórios, Motorização mínima 1.0 , Combustível Álcool e Gasolina, Potência mínima 75 cv, Torque mínimo (kgf.m) 9.5, Consumo mínimo cidade (km/l) 8.5 , Consumo mínimo estrada (km/l) 10,0 , Câmbio automático de 5 marchas, Tração dianteira , Direção mínima hidráulica/ hidroelétrica/ elétrica, Suspensão dianteira e traseira, airbag motorista, freios ABS, airbag passageiro, distribuição eletrônica de frenagem , ar condicionado , travas elétricas , vidros elétricos dianteiros, desemb. Traseiro, cdp layercomMP3, Atendimento integral ao PROCONVE, CONTRAN e demais órgãos reguladores, com no máximo 02 anos de uso.</p>	Unidade/mês	03	R\$ 3.957,84	R\$ 11.873,52	R\$ 47.494,08	R\$ 142.482,24

1.2. A contratação total será de até 03 (três) veículos, que serão utilizados sob demanda, sem obrigação de contratação total ou parcial do quantitativo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

1.3. Os veículos serão destinados ao transporte de servidores e colaboradores no desempenho de

atividades administrativas, fiscalizatórias e institucionais, especialmente aquelas realizadas fora da sede do Conselho, garantindo a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos prestados.

1.4. A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, conforme a demanda da Administração, sendo os veículos utilizados por servidores habilitados do CREFITO-14, cabendo à contratada assegurar a plena disponibilidade e operacionalidade dos veículos durante toda a vigência contratual.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogáveis pelo mesmo período.

1.5.1. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, o CREFITO-14 poderá realizar contratações decorrentes do registro de preços, observadas suas necessidades administrativas e a disponibilidade de saldo registrado.

1.6. O prazo de vigência de eventual contratação decorrente da Ata de Registro de Preços seguirá os prazos da Lei 14.133/2021.

1.7. Cabe ressaltar que tais preços máximos servem como limite às Licitantes para a formulação das suas propostas, sob pena de desclassificação, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso futuro, eis que o fornecimento do objeto somente restará concretizado com a futura contratação.

1.8. Os códigos e descrições do “CATMAT”, constantes do “SIASG”, citados pelo “Comprasnet” podem eventualmente divergir da descrição dos itens quanto às especificações e outras características. Havendo divergências quanto ao código/descrição CATMAT, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

1.9. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.10. Justificativa para Vedação de Adesão à Ata de Registro de Preços

1.10.1. A vedação à adesão de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços oriunda deste procedimento encontra respaldo nos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da legalidade, planejamento, eficiência, segregação de funções e interesse público, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

1.10.2. A presente contratação foi planejada com base em levantamento detalhado das necessidades deste órgão, considerando o histórico de consumo, a previsão de utilização e a disponibilidade orçamentária e demais instrumentos de planejamento.

1.10.3. Ademais, destaca-se que este órgão possui estrutura administrativa reduzida, com número limitado de servidores, especialmente nas áreas de licitações e planejamento, responsáveis pela condução dos processos licitatórios e pela gestão das Atas de Registro de Preços.

1.10.4. A gestão de uma Ata de Registro de Preços demanda acompanhamento contínuo e atividades operacionais relevantes, tais como o controle de quantitativos, a gestão de saldos, o acompanhamento da execução contratual, a análise de solicitações de contratação e o tratamento de eventuais ocorrências.

1.10.5. A eventual autorização de adesões por órgãos não participantes implicaria aumento significativo dessas atribuições, exigindo capacidade operacional superior à atualmente disponível, o que poderia comprometer a eficiência administrativa e prejudicar a adequada execução das atividades ordinárias do setor.

1.10.6. Tal situação também impacta a observância do princípio da segregação de funções, uma vez que a limitação de recursos humanos dificulta a adequada distribuição de responsabilidades e a implementação de controles internos eficazes.

1.10.7. Ressalta-se, ainda, que a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes constitui faculdade da Administração, não sendo obrigatória, devendo sua eventual autorização observar critérios de conveniência e oportunidade, alinhados à capacidade de gestão do órgão gerenciador.

1.10.8. Diante do exposto, considerando a limitação de recursos humanos, a necessidade de observância aos princípios da eficiência e da segregação de funções, bem como a preservação do planejamento administrativo, fica vedada a adesão de órgãos não participantes à presente Ata de Registro de Preços.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas para o deslocamento de servidores e colaboradores do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região – CREFITO-14, viabilizando a execução contínua de suas atividades institucionais, especialmente aquelas relacionadas à fiscalização profissional, ações administrativas e demais demandas externas.

2.2. Atualmente, o Conselho não dispõe de frota própria suficiente para atender à demanda operacional existente, circunstância que compromete a eficiência, a regularidade e a continuidade dos serviços públicos prestados. Ademais, a contratação vigente com objeto similar encontra-se em fase final de vigência, com término previsto para maio de 2026, o que reforça a necessidade de adoção de medidas tempestivas para evitar a descontinuidade das atividades institucionais.

2.3. A ausência de solução adequada para o transporte institucional pode ocasionar prejuízos significativos ao interesse público, tais como a interrupção das atividades de fiscalização, atraso no cumprimento de agendas institucionais e comprometimento da atuação do Conselho em todo o Estado, impactando diretamente sua missão legal.

2.4. Diante desse cenário, a locação de veículos sem fornecimento de motorista apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional, uma vez que elimina a necessidade de investimento inicial elevado na aquisição de frota própria, transfere à contratada os custos e responsabilidades relacionados à manutenção, seguro e disponibilidade dos veículos, além de proporcionar maior flexibilidade e previsibilidade orçamentária.

2.5. A contratação também está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a melhoria da gestão administrativa e para a adequada execução das competências institucionais do CREFITO-14.

2.6. Por fim, destaca-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita maior racionalização dos recursos públicos, permitindo a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando desperdícios e assegurando melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de locação de veículos automotores, do tipo sedan, sem fornecimento de motorista e sem combustível, por meio de Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades operacionais do CREFITO-14.

3.2. A contratação abrangerá a disponibilização de até 03 (três) veículos, os quais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança, devidamente licenciados e regularizados, com cobertura de seguro total e quilometragem livre durante toda a vigência contratual.

3.3. Os veículos serão utilizados pelos servidores do Conselho, devidamente habilitados, para execução de atividades institucionais, especialmente aquelas relacionadas à fiscalização profissional, deslocamentos administrativos e ações externas em todo o âmbito estadual. A utilização ocorrerá conforme a demanda da Administração, garantindo flexibilidade operacional e atendimento contínuo das necessidades do órgão.

3.4. A solução contempla todos os serviços necessários à plena execução do objeto, sendo de responsabilidade da contratada:

- Disponibilizar os veículos conforme as especificações estabelecidas;
- Realizar manutenção preventiva e corretiva, assegurando a plena operacionalidade da frota;
- Providenciar a substituição imediata dos veículos em caso de falhas, panes, sinistros ou qualquer situação que comprometa sua utilização;
- Manter cobertura securitária integral, incluindo danos materiais, pessoais e a terceiros;
- Garantir que os veículos atendam às normas legais, de segurança e ambientais vigentes.

3.5. A Administração, por sua vez, será responsável pela condução dos veículos por meio de seus servidores habilitados, pelo abastecimento de combustível e pela utilização adequada dos veículos, conforme sua finalidade institucional.

3.5.1. Caso haja punições decorrentes de infrações de trânsito, realizadas durante a prestação do serviço a Contratada obriga-se a comunicar imediatamente a Contratante a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias para pagamento e para efeito regresso ao agente infrator.

3.6. O modelo de execução prevê remuneração mensal por veículo efetivamente disponibilizado, o que assegura previsibilidade orçamentária e facilita a gestão contratual, evitando custos variáveis e permitindo melhor planejamento dos recursos públicos.

3.7. A adoção do Sistema de Registro de Preços permite que a contratação ocorra conforme a necessidade da Administração, evitando a ociosidade de recursos e possibilitando ajustes quantitativos ao longo da vigência, sem prejuízo da eficiência e da economicidade.

3.8. A solução proposta elimina a necessidade de investimentos elevados na aquisição e gestão de frota

própria, transfere riscos operacionais à contratada e proporciona maior eficiência administrativa, configurando-se como alternativa tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o atendimento do interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, contratuais e de sustentabilidade, considerados indispensáveis para assegurar a adequada execução do objeto, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

Requisitos técnicos mínimos dos veículos

4.2. Os veículos a serem disponibilizados deverão atender, obrigatoriamente, às seguintes especificações:

- Ser do tipo sedan, destinado ao transporte de passageiros em atividades administrativas e fiscalizatórias;
- Possuir cor preferencialmente branca;
- Apresentar-se em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança;
- Estar devidamente licenciados, regularizados e aptos à circulação;
- Possuir quilometragem livre durante toda a vigência contratual;
- Contar com cobertura de seguro total, sem franquia, abrangendo danos materiais, pessoais e a terceiros;
- Ter motorização mínima de 1.0;
- Ser bicombustível (álcool e gasolina);
- Possuir potência mínima de 75 cv;
- Apresentar torque mínimo de 9,5 kgf.m;
- Possuir consumo mínimo de 8,5 km/l na cidade e 10,0 km/l na estrada;
- Dispor de câmbio automático com, no mínimo, 5 marchas;
- Possuir tração dianteira;
- Contar com direção hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica;
- Possuir sistema de suspensão dianteira e traseira adequados ao uso urbano e rodoviário;
- Estar equipado com airbag para motorista e passageiro;
- Possuir sistema de freios ABS e distribuição eletrônica de frenagem (EBD);
- Dispor de ar-condicionado;
- Possuir travas elétricas;
- Possuir vidros elétricos dianteiros;
- Possuir desembaçador traseiro;
- Dispor de sistema de som com CD player e reprodução de arquivos MP3 ou tecnologia equivalente;
- Atender integralmente às normas do PROCONVE, CONTRAN e demais órgãos reguladores aplicáveis;
- Estar com manutenção preventiva e corretiva em dia, conforme especificações do fabricante.

Requisitos operacionais

4.3. A execução do objeto deverá observar as seguintes condições:

- Disponibilização de até 03 (três) veículos, conforme a necessidade da Administração;
- Prestação do serviço de forma contínua;
- Ausência de fornecimento de motorista, sendo a condução de responsabilidade da Administração;
- Ausência de fornecimento de combustível;
- Responsabilidade integral da contratada pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- Substituição imediata do veículo em caso de falha mecânica, pane, sinistro ou qualquer ocorrência que impeça sua utilização;

- Garantia de disponibilidade contínua dos veículos durante toda a vigência contratual.

Requisitos contratuais

- A contratação poderá ser realizada por meio de Sistema de Registro de Preços;
- A remuneração será mensal, por veículo efetivamente disponibilizado;
- Deverá ser assegurada a continuidade da prestação do serviço durante toda a vigência contratual;
- Previsão de aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual, conforme legislação vigente.

Requisitos de sustentabilidade

- Os veículos deverão apresentar condições adequadas de eficiência energética e controle de emissões;
- Deverão atender às normas ambientais vigentes;
- Deverá ser observada a manutenção periódica como forma de redução de impactos ambientais.

Outros requisitos aplicáveis

- Não será exigida marca específica, garantindo a ampla competitividade;
- Não será exigida apresentação de amostras;
- Não será admitida subcontratação do objeto principal;
- Poderá ser exigida garantia de execução contratual, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021;
- Não será exigida vistoria prévia;
- Os serviços deverão atender a padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

4.4. Os requisitos estabelecidos são necessários e proporcionais à finalidade da contratação, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem restringir indevidamente a competitividade.

Apresentação da proposta e julgamento

4.5. As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, contendo a descrição clara e detalhada do objeto ofertado, em estrita observância às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, bem como o valor unitário e total, expressos em moeda corrente nacional.

4.6. Os licitantes deverão considerar, na formulação de suas propostas, todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo despesas com manutenção, seguros, tributos, encargos e quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento ou omissão.

4.7. As propostas deverão ter prazo de validade mínimo a ser definido no edital, contado da data de sua apresentação, garantindo sua exequibilidade durante o período necessário à conclusão do certame.

4.8. O julgamento das propostas será realizado de forma objetiva, com base no critério de menor preço por item, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações exigidas, que apresentarem preços inexequíveis, excessivos ou manifestamente incompatíveis com os valores de mercado, ou que contenham vícios, inconsistências ou omissões que comprometam sua análise.

4.10. A Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, podendo exigir comprovação da composição de custos apresentada pelo licitante, nos termos da legislação vigente.

4.11. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 123/2006, assegurando tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível.

4.12. O procedimento de julgamento observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto deverá ocorrer de forma contínua, mediante a disponibilização de veículos pela contratada, conforme demanda da Administração, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo instrumento contratual ou ata de registro de preços.

5.2. O serviço terá início a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, devendo a contratada disponibilizar os veículos no prazo máximo a ser definido no edital, em perfeitas condições de uso, devidamente regularizados, licenciados e com cobertura securitária vigente.

5.3. A execução compreenderá as seguintes etapas e responsabilidades:

Disponibilização dos veículos

5.4. A contratada deverá disponibilizar até 03 (três) veículos, conforme solicitação da Administração, observando todas as especificações técnicas exigidas. Os veículos deverão permanecer à disposição do CREFITO-14 durante toda a vigência contratual, assegurando sua utilização contínua.

Operação dos veículos

5.5. A condução dos veículos será realizada por servidores do CREFITO-14, devidamente habilitados, sendo vedado o fornecimento de motoristas pela contratada. O abastecimento de combustível será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Manutenção e suporte

5.6. A contratada será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos veículos, devendo garantir sua plena operacionalidade. As manutenções deverão ser realizadas sem prejuízo à disponibilidade dos veículos, cabendo à contratada providenciar, quando necessário, a substituição imediata por outro veículo equivalente ou superior.

Substituição de veículos

5.7. Em caso de falha mecânica, pane, sinistro, indisponibilidade ou qualquer situação que comprometa o uso regular do veículo, a contratada deverá realizar a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração, garantindo a continuidade do serviço.

Condições de uso

5.8. Os veículos serão utilizados exclusivamente para atendimento das demandas institucionais do CREFITO-14, especialmente atividades de fiscalização e deslocamentos administrativos, devendo a Administração zelar pelo uso adequado e conforme a finalidade pública.

Remuneração e medição

5.9. A remuneração será realizada mensalmente, com base na quantidade de veículos efetivamente disponibilizados e em condições de uso durante o período de referência. A medição será feita pela fiscalização do contrato, que atestará a regular prestação do serviço.

Encerramento da execução

5.10. Ao término da vigência contratual, os veículos deverão ser devolvidos à contratada, observadas as condições normais de uso, sendo vedada a cobrança de valores indevidos decorrentes de desgaste natural.

5.11. O modelo de execução proposto assegura que o contrato produza os resultados pretendidos desde o início até o seu encerramento, garantindo continuidade, eficiência operacional e adequada prestação dos serviços institucionais.

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

6.1. A gestão e fiscalização do contrato deverão observar o disposto nos arts. 117 e 174 da Lei nº 14.133/2021, sendo designados formalmente, pela autoridade competente, um gestor e um fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, controle e verificação da adequada execução do objeto, bem como, quando aplicável, pela gestão da Ata de Registro de Preços.

Gestão e fiscalização

6.2. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento global da execução contratual e pela gestão da Ata de Registro de Preços, atuando na coordenação das atividades administrativas, controle das adesões, gerenciamento dos quantitativos registrados e comunicação com a contratada, adotando providências para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas.

6.3. O fiscal do contrato, por sua vez, será responsável pela verificação técnica e operacional da execução do objeto, devendo:

- Acompanhar a disponibilização e utilização dos veículos;
- Verificar o cumprimento das especificações técnicas e condições contratuais;
- Registrar ocorrências, falhas ou irregularidades;
- Atestar a prestação dos serviços para fins de pagamento;
- Solicitar providências à contratada quando identificadas não conformidades.

Gestão da Ata de Registro de Preços

6.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser gerida de forma a assegurar o controle eficiente dos quantitativos registrados e das contratações dela decorrentes, competindo ao gestor:

- Controlar os saldos dos quantitativos registrados;
- Autorizar as contratações conforme a necessidade da Administração;
- Verificar a vantajosidade dos preços registrados ao longo da vigência da ata;
- Gerenciar eventuais adesões (caronas), quando admitidas, observados os limites legais;
- Promover a revisão dos preços registrados, quando cabível, nos termos da legislação;
- Zelar pelo cumprimento das condições estabelecidas na ata por parte dos fornecedores registrados.

Indicadores de desempenho

6.5. A execução contratual será monitorada com base em indicadores mínimos de desempenho, tais como:

- Disponibilidade dos veículos (percentual de tempo em condições de uso);
- Tempo de substituição em caso de indisponibilidade;
- Regularidade na manutenção preventiva e corretiva;
- Conformidade com as especificações técnicas exigidas.

6.6. O não atendimento aos indicadores poderá ensejar a aplicação de sanções, conforme previsto contratualmente.

Tratamento de não conformidades

6.7. Eventuais falhas na execução do contrato deverão ser registradas pelo fiscal e comunicadas formalmente à contratada, que deverá adotar medidas corretivas no prazo estabelecido pela Administração.

6.8. Nos casos de descumprimento contratual, poderão ser aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar, sem prejuízo da rescisão contratual, quando cabível.

Relatórios e comunicação

6.9. A fiscalização deverá manter registros atualizados da execução contratual, podendo ser exigidos relatórios periódicos da contratada quanto à situação dos veículos, manutenções realizadas e eventuais ocorrências.

6.10. A comunicação entre as partes deverá ocorrer preferencialmente por meios formais, garantindo rastreabilidade e segurança das informações.

6.11. O modelo de gestão proposto visa assegurar o controle efetivo da execução contratual e da Ata de Registro de Preços, garantindo transparência, eficiência, qualidade na prestação dos serviços e atendimento ao interesse público.

Reajuste de preços

6.12. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços e os valores contratados poderão ser reajustados, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à proposta ou ao orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

6.13. O reajuste será realizado mediante aplicação de índice oficial previamente definido no edital e no instrumento contratual, preferencialmente índice setorial compatível com o objeto contratado, admitindo-se, na ausência deste, índice geral de preços.

6.14. O reajuste deverá ser formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme legislação vigente.

Repactuação da Ata de Registro de Preços

6.15. A Ata de Registro de Preços poderá ser revista com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando ocorrerem fatos imprevisíveis, previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

6.16. A revisão dos preços registrados poderá ocorrer para mais ou para menos, mediante solicitação devidamente fundamentada do fornecedor ou por iniciativa da Administração, devendo ser comprovada a ocorrência de alteração nos custos que impactem diretamente a execução do objeto.

6.17. A Administração deverá analisar a vantajosidade da manutenção da ata, podendo optar pela revisão, cancelamento ou realização de novo procedimento licitatório, conforme o caso.

Repactuação do contrato

6.18. Nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, será admitida a repactuação de preços quando caracterizada a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, observadas as disposições legais aplicáveis.

6.19. A repactuação deverá ser precedida de solicitação formal da contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos que impactem a execução do contrato, devidamente comprovada por documentos idôneos.

6.20. A análise da repactuação deverá considerar:

- A efetiva variação dos custos do serviço;
- A compatibilidade com os preços de mercado;
- A manutenção da vantajosidade para a Administração.

6.21. A repactuação será formalizada por meio de termo aditivo, produzindo efeitos a partir da data definida no instrumento, vedada a retroatividade indevida.

Reequilíbrio econômico-financeiro

6.22. Independentemente do reajuste ou da repactuação, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou da ata, sempre que comprovada a ocorrência de fatos supervenientes que alterem substancialmente os custos da contratação, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

6.23. A recomposição deverá ser devidamente instruída, analisada pela Administração e formalizada conforme o instrumento jurídico aplicável (apostilamento ou termo aditivo).

6.24. As cláusulas de reajuste, repactuação e reequilíbrio visam assegurar a manutenção das condições efetivas da proposta, garantindo a continuidade da execução contratual e a observância do equilíbrio econômico-financeiro.

7. ENTREGA, RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1. A entrega dos veículos deverá ocorrer conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no prazo de até 05 (cinco) dias a partir da ordem de serviço, se outro prazo não for definido no edital ou instrumento contratual, na sede do CREFITO-14 localizada na Avenida Universitária, nº 750, Edifício Diamond Center, salas 810, 811, 812 e 813, Bairro de Fátima, Teresina/PI ou em outro local previamente indicado pela Administração.

Entrega do objeto

7.2. Os veículos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança, devidamente licenciados, regularizados, segurados e acompanhados de toda a documentação obrigatória.

7.3. A contratada deverá garantir que, no momento da entrega, os veículos atendam integralmente às especificações técnicas exigidas, incluindo itens de segurança, conforto e desempenho.

Recebimento do objeto

7.4. O recebimento dos veículos será realizado por servidor designado pela Administração, mediante verificação do atendimento às condições contratuais, observando-se:

- **Recebimento provisório**, no ato da entrega, para verificação preliminar das condições dos veículos e da documentação apresentada;
- **Recebimento definitivo**, após a verificação detalhada da conformidade com todas as exigências estabelecidas, no prazo a ser definido no edital ou contrato.

7.5. Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a contratada será notificada para promover a substituição ou correção no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional, ficando o recebimento definitivo condicionado à regularização.

7.6. Durante a execução contratual, a manutenção das condições de recebimento será continuamente avaliada pela fiscalização, podendo ensejar recusas, substituições ou aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

Condições de pagamento

7.7. O pagamento será efetuado mensalmente, de forma proporcional à quantidade de veículos efetivamente disponibilizados e em condições de uso durante o período de referência.

7.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.9. Para fins de pagamento, deverão ser observadas as seguintes condições:

- Apresentação de nota fiscal/fatura pela contratada;
- Atesto da execução dos serviços pelo fiscal do contrato;
- Comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando exigido;
- Ausência de pendências ou irregularidades na execução contratual.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciará o prazo de liquidação e pagamento da despesa.

7.11. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da nota fiscal, conforme disposto na legislação vigente.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. Poderão ser realizadas retenções legais aplicáveis, conforme a natureza jurídica da contratada e a legislação pertinente.

7.14. Em caso de descumprimento parcial do objeto ou de não atendimento aos níveis de serviço estabelecidos, poderão ser aplicadas glosas proporcionais no valor a ser pago, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

7.15. O modelo de pagamento adotado assegura a vinculação entre a efetiva prestação do serviço e a remuneração, garantindo maior controle, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para

pagamento.

7.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8. DAS OBRIGAÇÕES

Obrigações da contratada

8.1. A contratada obriga-se a disponibilizar os veículos conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que estejam em perfeitas condições de uso, conservação, funcionamento e segurança durante toda a vigência contratual. Deverá entregar os veículos devidamente licenciados, segurados e regularizados perante os órgãos competentes, assegurando a existência de cobertura de seguro total, sem franquia, abrangendo danos materiais, pessoais e a terceiros.

8.2. Compete à contratada assegurar a disponibilidade contínua dos veículos, responsabilizando-se integralmente pela realização de manutenção preventiva e corretiva, de forma a garantir a plena operacionalidade da frota. Em caso de falhas, defeitos, panes, sinistros ou qualquer situação que comprometa a utilização dos veículos, a contratada deverá providenciar sua substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

8.3. A contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes da execução do objeto, incluindo impostos, taxas, licenciamento, seguros e demais encargos incidentes sobre os veículos, bem como manter os veículos em conformidade com as normas do CONTRAN, PROCONVE e demais regulamentações aplicáveis.

8.4. Deverá, ainda, responsabilizar-se por vícios, defeitos ou irregularidades nos veículos disponibilizados, comunicar formalmente à Administração quaisquer ocorrências que possam impactar a execução contratual, manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório e atender prontamente às solicitações da Administração e da fiscalização do contrato.

8.5. A contratada responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, sendo vedada a transferência do objeto a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização expressa da Administração, observados os limites legais.

Obrigações da contratante

8.6. A contratante obriga-se a proporcionar as condições necessárias para a adequada execução do objeto, promovendo o recebimento dos veículos e a verificação do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.7. Compete à Administração designar formalmente gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução, bem como utilizar os veículos exclusivamente para fins institucionais, por meio de servidores devidamente habilitados.

8.8. A contratante será responsável pelo abastecimento de combustível dos veículos, bem como por zelar pela sua correta utilização e conservação durante o período de uso, comunicando à contratada quaisquer irregularidades ou falhas identificadas na execução do serviço.

8.9. Deverá, ainda, efetuar os pagamentos devidos nas condições e prazos estabelecidos, exigir o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto e adotar as providências cabíveis, inclusive a aplicação de sanções administrativas, em caso de descumprimento contratual.

8.10. As obrigações ora estabelecidas visam assegurar o equilíbrio contratual, a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência.

9.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, observadas as especificações técnicas estabelecidas, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Critérios de habilitação

9.3. Previamente à habilitação no certame, após rodada de lances, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF e, não havendo a possibilidade de consulta no SICAF, a consulta será feita nos devidos portais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.2. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.4. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.3.5. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.3.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.3.7. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.4. Para fins de habilitação, deverão ser exigidos dos licitantes os seguintes documentos:

Habilitação jurídica:

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade br/empreendedor;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede,

além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de inscrição e regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital da sede do fornecedor.

9.21. Prova de inscrição e regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.23. Prova de inexistência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN), nos termos da Lei nº 14.973/2024;

Qualificação econômico-financeira:

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

9.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado da licitação.

9.27.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica:

9.28. A qualificação técnica se dará por meio da comprovação de execução de atividades pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, em conformidade com o § 5º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, de acordo com os itens abaixo descritos, admitindo-se, em caso de consórcio, do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

9.29. O CREFITO-14 poderá, dentro do seu poder de diligência, promover visita às dependências das licitantes e consulta às entidades emissoras dos atestados, a fim de comprovar a exatidão das informações apresentadas, bem como instalações, pessoal qualificado, e estrutura de suporte para troca de informações (oral e redigida) para atender prontamente as demandas inerentes ao objeto a ser contratado.

Declarações

9.30. Os licitantes deverão apresentar as declarações exigidas pela legislação e pelo edital, incluindo aquelas relativas:

- a) ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz;
- b) à inexistência de fatos impeditivos para participação no processo licitatório;
- c) ao cumprimento das condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

Participação de consórcios e cooperativas

9.31. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, desde que observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada a documentação pertinente à constituição do consórcio e à responsabilidade solidária entre as consorciadas.

9.32. A participação de cooperativas será admitida, desde que comprovada a compatibilidade do objeto social com o objeto da contratação e o atendimento às exigências legais específicas.

Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte

9.33. Será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate.

Parâmetros de julgamento das propostas

9.34. As propostas deverão observar integralmente as especificações técnicas exigidas, sendo desclassificadas aquelas que:

- Apresentarem preços inexequíveis ou excessivamente elevados;
- Não atenderem às condições e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;
- Contiverem vícios ou inconsistências que comprometam sua análise.

9.35. Poderá ser exigida a comprovação de exequibilidade da proposta, nos termos da legislação vigente.

9.36. O processo de seleção observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.37. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.38. Infrações Administrativas

9.39. Constituem infrações administrativas, entre outras previstas na legislação aplicável:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto na legislação aplicável.

Penalidades

9.40. Pela prática das infrações administrativas, a Administração poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa, nos termos estabelecidos no edital ou contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto na legislação;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Aplicação das Sanções

9.41. As sanções serão aplicadas conforme a gravidade da infração cometida, observando-se os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como as circunstâncias do caso concreto.

Processo Administrativo

9.42. A aplicação de qualquer penalidade será precedida da instauração de processo administrativo, assegurando-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

9.43. Cumulação de Penalidades

9.44. As penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a natureza e a gravidade da infração cometida.

Multas

9.45. Os critérios, percentuais e forma de aplicação de eventuais multas serão definidos no edital e no instrumento contratual.

10. RESULTADOS ESPERADOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar resultados que promovam a melhoria da eficiência administrativa e a continuidade das atividades institucionais do CREFITO-14, especialmente no que se refere à mobilidade necessária para execução de ações fiscalizatórias, administrativas e institucionais.

10.2. Espera-se, com a execução do contrato, garantir a disponibilidade contínua de veículos em condições adequadas de uso, proporcionando maior agilidade e autonomia nos deslocamentos realizados pelos servidores, bem como contribuindo para o cumprimento das atribuições legais do Conselho em todo o âmbito estadual.

10.3. A contratação deverá resultar na redução de riscos de interrupção das atividades institucionais, sobretudo aquelas relacionadas à fiscalização profissional, assegurando regularidade e tempestividade na execução dos serviços públicos.

10.4. Adicionalmente, busca-se alcançar maior previsibilidade orçamentária, mediante a adoção de

modelo de remuneração mensal, bem como a racionalização dos gastos públicos, evitando custos elevados com aquisição, manutenção e gestão de frota própria.

10.5. Espera-se, ainda, o aprimoramento do planejamento administrativo, com solução contratual estável, flexível e compatível com as necessidades do órgão, bem como o atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Os resultados pretendidos deverão ser mensuráveis por meio de indicadores de desempenho relacionados à disponibilidade dos veículos, qualidade da prestação do serviço e cumprimento das condições contratuais, contribuindo para o controle e avaliação da execução contratual.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A contratação pretendida encontra respaldo orçamentário, conforme Nota de Disponibilidade Orçamentária constante nos autos do processo administrativo, emitida pelo setor competente do CREFITO-14.

11.2. A despesa será custeada por dotação orçamentária própria do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região, devidamente prevista no orçamento vigente, assegurando a cobertura financeira necessária à execução do objeto.

11.3. Conforme manifestação da unidade contábil, há disponibilidade orçamentária suficiente para fazer frente às despesas decorrentes da contratação, atendendo às exigências da Lei nº 14.133/2021 quanto à prévia indicação de recursos.

11.4. A classificação orçamentária completa, incluindo a classificação institucional, funcional-programática, natureza da despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, deverá constar no instrumento convocatório e no respectivo contrato, conforme registros do setor contábil.

11.5. Dessa forma, resta evidenciada a adequação orçamentária da contratação, em consonância com os princípios do planejamento, responsabilidade fiscal e equilíbrio das contas públicas.

Luciana Morais de Oliveira

Diretoria de Secretaria



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Morais de Oliveira**, **Diretora-Secretária**, em 14/04/2026, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.coffito.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0315342** e o código CRC **95C3120A**.

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região

Processo: 14.1419.000013/2026-46 - Documento: 0315342

CREFITO-14/SELIC - Setor de Licitações e Contratos

Avenida Universitária, 750, Ed. Diamond Center Salas 810, 811, 812 e 813 - Bairro Bairro de Fátima - Teresina/PI

CEP 64049-494 - <https://www.crefito14.org.br/>